

# AGÊNCIA SANITÁRIA BRASILEIRA SUSPENDE AVAL PARA IMPORTAÇÃO DA VACINA INDIANA COVAXIN



*Decisão ocorre após fabricante da vacina contra Covid romper acordo com intermediária brasileira; contrato que previa 20 milhões de doses é alvo de CPI da Covid.*

A diretoria da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu nesta terça-feira (27/07) suspender a autorização, dada em junho ao Ministério da Saúde, para importação e distribuição excepcional da vacina Covaxin no país.

A decisão foi tomada por unanimidade entre os diretores. A medida ocorre após o laboratório indiano Bharat Biotech, responsável pela fabricação das doses, anunciar na sexta (23/07) ter rompido um acordo que mantinha com a empresa brasileira Precisa Medicamentos para representar o imunizante no país.

A decisão da Bharat Biotech, cujo motivo não foi divulgado, ocorreu em um momento em que negociações e um contrato entre o Ministério da Saúde e Precisa para obter doses da vacina são um dos principais alvos de investigações da CPI da Covid.

Firmado em março, o contrato previa 20 milhões de doses, o que levou a Saúde a pedir à Anvisa aval para importação excepcional do imunizante.

Após negar um primeiro pedido por falta de documentos, a Anvisa decidiu em junho conceder a autorização mediante uma série de condições.

Entre elas, estava que as doses passassem por avaliação no INCQS, instituto vinculado à Fiocruz e que atua no controle de qualidade de produtos em saúde, e que houvesse acompanhamento por meio de estudos de efetividade.

O total de doses também foi restrito a apenas 1% da população o equivalente a 4 milhões. As vacinas também deveriam ser destinadas a públicos específicos.

Em nota, a Anvisa diz que a suspensão da autorização dada à Saúde para importar as doses prevalece *"até que sobrevenham novas informações que permitam concluir pela segurança jurídica e técnica da manutenção da deliberação que autorizou a importação"*.

A agência diz ainda que a medida foi tomada após ser comunicada pela Bharat Biotech de que a Precisa não tem mais autorização para representar a empresa no país.

A situação, que indica uma perda de legitimidade da empresa no processo, poderia influenciar no cumprimento de requisitos para importação, afirmou o diretor da Anvisa Alex Machado Campos,

por meio de nota divulgada pela agência.

*"A decisão levou em conta ainda notícias de que documentos ilegítimos podem ter sido juntados ao processo de importação, o que pode impactar as conclusões quanto aos aspectos de qualidade, segurança e eficácia da vacina a ser utilizada na população nacional", diz o órgão.*

A agência se refere a trecho de comunicado divulgado pela Bharat Biotech na sexta, no qual o laboratório nega ter assinado duas cartas que teriam sido enviadas pela Precisa ao Ministério da Saúde e fazem parte do processo de negociação do imunizante. Os documentos estavam entre os materiais enviados pela pasta à CPI.

Diante da suspeita em torno dos documentos, Campos informou em nota ter acionado a procuradoria jurídica da Anvisa para verificar o processo. Diz ainda que a agência promove diligências junto ao desenvolvedor da vacina e ao Ministério da Saúde.

A existência de denúncias de possíveis irregularidades em torno das negociações da Covaxin foi revelada pela Folha com a divulgação do depoimento sigiloso de Luís Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação da Saúde. Ele disse ao Ministério Público Federal em Brasília que recebeu uma *"pressão atípica"* para agilizar a liberação da vacina. A partir daí, a vacina se tornou um dos focos da CPI.

A crise chegou ao Palácio do Planalto após o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), irmão do servidor da Saúde, relatar que o presidente Jair Bolsonaro havia sido alertado por eles em março sobre as suspeitas de irregularidades.

Após a revelação das denúncias, Bolsonaro primeiro disse que a PF iria abrir inquérito para apurar as suspeitas. Em seguida, afirmou que não tem *"como saber o que acontece nos ministérios"*.

Apesar do aval dado pela Anvisa em junho para trazer a vacina, o Ministério da Saúde ainda não tinha adotado novas medidas para concretizar a importação das doses da Covaxin.

Antes da Bharat Biotech anunciar o rompimento do acordo, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, também vinha dizendo que era preciso avaliar a *"conveniência"* de ter doses da Covaxin no Programa Nacional de Imunizações.

Ele alega que a pasta já teria doses suficientes e que as restrições colocadas pela Anvisa para importar as doses gerariam custos extras à Saúde.

*"É preciso fazer análise de conveniência e oportunidade no momento em que temos mais de 600 milhões de doses de vacinas"*, disse na última semana o ministro, segundo quem o volume de doses autorizado pela agência *"teria muito pouco benefício"* na campanha de vacinação.

O contrato para obter doses da vacina também já havia sido suspenso em meio ao avanço das investigações na CPI e recomendação de órgãos de controle.

Em nota divulgada na sexta (23/07), a Precisa disse lamentar o cancelamento do acordo com a Bharat Biotech e atribuiu a medida ao *"caos político que se tornou o debate sobre a pandemia"*. *"Que deveria ter como foco a saúde pública, e não interesses políticos"*.

Afirmou ainda que jamais praticou qualquer ilegalidade e que conduziu as tratativas para entrada da vacina no Brasil.

Foto: Divulgação

<http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/2267/agencia-sanitaria-brasileira-suspende-aval-para-importacao-da-vacina-indiana-covaxin-em-01/06/2026-18:10>